

ceira, sustenta a validade atual da crítica marxiana à economia política – mediante uma discussão sobre o fetichismo da “sociedade do espetáculo” (conforme Guy Debord) –, o papel do dinheiro e a centralidade do trabalho em face da teoria marxista do valor. Por último, Mauricio Coutinho enfoca a temática a partir de duas indagações: se as teses de Marx ainda conseguem explicar o capitalismo atual, e se a crítica da economia política é compatível com a teoria econômica contemporânea. Privilegiando a segunda questão, caracteriza alguns elementos da economia clássica e, depois, da contemporânea, enfatizando que esta discrepa daquela e da marxista pelo fato de considerar que o agente econômico é o indivíduo, e não as classes, e de basear-se na indeterminação e na escolha racional, e não na determinação histórica.

Porém, rediscutindo as noções de “classes sociais”, de “subjetividade” e de “determinação”, pelos interstícios que escapam ao referido enquadramento geral, procura caminhos para abrir a economia marxista “à atualização e para as possibilidades de fertilização do debate econômico contemporâneo”.

Por fim, cabe aduzir que *A obra teórica de Marx*, pelo amplo mosaico temático aqui perfilado, contribui para preencher, na produção editorial brasileira, a lacuna de um balanço-síntese dos grandes debates do marxismo. Isso já basta para dizer da sua importância para qualquer um que deseje encontrar, num só livro, um competente, plural e autêntico recenseamento crítico dessas questões, aporte teórico salutar a toda boa compreensão – *dialética* – da teoria marxista no tempo presente.

Visões e interpretações da sociedade brasileira

Duarte Pereira*

João Quartim de Moraes e Marcos Del Roio (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. v. IV. Campinas, São Paulo, Editora da Unicamp, 2000.

O marxismo é anti-acadêmico. Pretende transformar o mundo e não apenas interpretá-lo. Empenha-se em interpretar o mundo corretamente para conseguir transformá-lo. *A História do marxismo no Brasil* atinge, portanto, sua fase decisiva com a publicação do quarto volume, que expõe as interpretações da sociedade e da revolução brasileiras formuladas por autores e organizações marxistas.

Os dois volumes iniciais reconstituíram os impactos das grandes revolu-

ções do século XX no Brasil e a recepção entre nós das idéias de Marx e Engels e dos principais teóricos marxistas. O terceiro volume concluiu a investigação dos influxos teóricos recebidos pelo marxismo brasileiro, examinando a influência de Althusser e de Gramsci, e iniciou a exposição das visões marxistas acerca das grandes questões nacionais. O quarto volume, o último publicado, arremata essa exposição, reconstituindo algumas das mais importantes interpretações mar-

* Jornalista

xistas da formação histórica e atual da sociedade brasileira e das perspectivas de sua transformação revolucionária. Os dois volumes finais examinarão o combate político de organizações e militantes orientados por essas interpretações.

A caracterização adequada da origem e do desenvolvimento da sociedade brasileira, e de suas tendências de transformação, é o elo que solda a recepção da teoria marxista à sua finalidade prática de orientar a luta dos revolucionários brasileiros. Testa a assimilação do método e das categorias do marxismo em suas aplicações ao estudo da realidade histórica e atual do país e, por sua vez, é testada nos êxitos e nas derrotas dos combates inspirados nessas interpretações. Se é possível falar num marxismo brasileiro, este é seu campo de prova.

Marx e Engels, ao investigar a origem e o desenvolvimento das sociedades capitalistas, delinearão simultaneamente, por força de seu método crítico e dialético, as tendências de transformação dessas sociedades em formações sociais estruturalmente novas, socialistas. Mas, para a efetivação dessas tendências transformadoras, sublinharam o protagonismo insubstituível do proletariado, especialmente de seu núcleo operário, e destacaram a necessidade da teoria crítica e da contribuição da intelectualidade progressista para a tomada de consciência do proletariado e para o desenvolvimento de sua organização e de sua luta. Advertiram, no entanto, desde o *Manifesto Comunista*, que o capitalismo se desenvolvia nos vários países em ritmos desiguais e com traços peculiares. O combate proletário e socialista teria de se desenvolver também de forma desigual e com peculiaridades nacionais. Não

seria suficiente, portanto, traçar o quadro histórico geral do mundo e os objetivos finais e comuns do proletariado. Seria indispensável combinar essa visão com a caracterização correta das diferentes fases de desenvolvimento e das especificidades de cada país e, por conseguinte, com os objetivos particulares do combate proletário e socialista em cada país e em cada momento.

Esse desafio teórico, posto aos marxistas de qualquer país, é especialmente árduo em nações como a nossa. Surgimos numa época em que os países mais avançados da Europa já iniciavam a transição do feudalismo para o capitalismo. Nessa Europa em transmutação, Portugal, a potência marítima que nos colonizou, ostentava, com sua revolução burguesa abortada, traços muito originais de evolução. Em nosso território, com o esmagamento das sociedades comunitárias indígenas e a gradativa construção de uma nova formação econômico-social, sofremos a influência cruzada de vários processos históricos: a integração no mercado mundial em constituição; a superestrutura monárquica, feudal e católica da metrópole que nos dominava; a combinação da grande propriedade territorial com a introdução do trabalho escravo. Mais tarde, quando o modo de produção capitalista despontou entre nós no final do século XIX, seu desenvolvimento não poderia deixar de refletir as condições particulares da sociedade em que emergia. Acentuando as diferenças, nossa revolução burguesa não transcorreu por uma “via democrático-revolucionária”, mas “burocrático-reacionária”, para usar expressões de Lênin; e conciliou com a dependência externa e com a preservação do monopólio da proprieda-

de territorial. O capitalismo penetrou e se desenvolveu na agricultura, não pela “via camponesa”, mediante uma reforma democratizadora da propriedade da terra, a que se seguiriam a diferenciação dos camponeses e a inevitável concentração da propriedade; mas pela “via latifundiária”, através dos processos conjugados de capitalização e modernização do latifúndio e de territorialização do capital. Nossa sociedade se revelaria, portanto, um quebra-cabeça histórico-estrutural, difícil de resolver para estudiosos marxistas e não-marxistas.

Logicamente, o primeiro passo seria desvendar os nexos entre a origem do capitalismo no continente europeu, o transbordamento colonizador de Portugal e a formação da sociedade colonial no Brasil. O ensaio de Lígia Osório Silva, que abre o quarto volume da *História do marxismo no Brasil*, refaz, com rigor teórico e abundância de informações, o debate sobre essas interconexões. Evidencia que as categorias básicas e os critérios analíticos do marxismo ainda representam os instrumentos mais fecundos para deslindá-las. Conclui que os Estados colonizadores que recorreram à força de trabalho escrava, como Portugal, “não eram Estados escravistas, mas Estados feudais modificados (absolutistas), muito mais complexos” (p. 55); e que “o fato de sublinhar o caráter não capitalista do regime de propriedade da terra e sua associação com o escravismo como forma predominante do trabalho não implica diminuir o papel do capital mercantil na organização da economia colonial” (p.56) – do capital mercantil, não do capitalismo, é conveniente frisar.

O passo lógico seguinte seria determinar as características de nossa forma-

ção histórica e de nossa estrutura recente, para fixar a perspectiva, o estágio e as tarefas da ação revolucionária. Os textos de Angelo José da Silva, João Quartim de Moraes e Marcos Del Roio, que formam o segundo bloco do volume, reconstituem a gênese e o desenvolvimento de interpretações contrapostas sobre a sociedade e a revolução brasileiras, que se constituíram gradativamente entre autores e organizações políticas do campo marxista. Há diferenças de ênfase, de conceituação e de períodos abrangidos nos estudos, mas, em conjunto, eles permitem acompanhar a evolução da polêmica teórica e política entre os marxistas, desde os trabalhos pioneiros de Octavio Brandão e Astrogildo Pereira, por um lado, e de Mário Pedrosa e Lívio Xavier, por outro; passando pelas controvérsias entre Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes; e chegando a trabalhos recentes, como os de Jacob Gorender e Carlos Nelson Coutinho. É um largo painel que, ao lado dos equívocos e das contradições, mostra também a vitalidade do pensamento marxista no Brasil.

O terceiro e último bloco do volume reúne os estudos de Leonilde de Medeiros, sobre a luta pela terra nos anos 50 e 60; de Carlos Dória, sobre o surgimento do Nordeste como “problema nacional”; e de Raimundo Santos, sobre alguns aspectos menos conhecidos da obra de Caio Prado Júnior. Abordando temas particulares, trazem contribuições que ampliam e aprofundam o conhecimento crítico do debate reconstituído nos capítulos anteriores.

Se adicionarmos os estudos já publicados na segunda parte do terceiro volu-

me, principalmente o de Carlos Dória, “O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução brasileira”, e o de Caio Navarro de Toledo, “Intelectuais do Iseb, esquerda e marxismo”, verificaremos que a *História do marxismo no Brasil* oferece pela primeira vez uma visão abrangente, compactada e multilateral do debate teórico e político que inflamou, ao longo do século passado, as correntes políticas e intelectuais brasileiras inspiradas no marxismo. É grande o mérito, portanto, dos organizadores e autores dessa obra coletiva.

Como esse debate não está encerrado, vale a pena registrar alguns possíveis defeitos da visão exposta. Ela é construída principalmente a partir da obra pessoal de autores renomados. Essas contribuições não poderiam ser ignoradas, ainda mais num país em que os dirigentes práticos do movimento operário e socialista não têm se mostrado, em regra, teóricos de primeiro plano. Mas deveriam ser referidas às posições coletivas de partidos e organizações marxistas, tanto as contidas em documentos oficiais, quanto as expressas na imprensa dessas organizações, ou em debates preparatórios de congressos, como o que antecedeu o V Congresso do PCB, ainda unificado. A visão ficaria mais rica e mais precisa, pois não se pode perder de vista o caráter militante do marxismo e a necessidade de que sua influência passe pela ação organizada para que possa traduzir-se em ação. Pelos objetivos de pesquisa preconizados, não se trata de reconstituir somente a polêmica entre personalidades intelectuais, mas também entre correntes políticas, pois o propósito é delinear a influência do marxismo no conhecimento e na transformação da

sociedade brasileira. O estudo de Leonilde de Medeiros, que recorreu a fontes primárias e partidárias, demonstra as virtudes desse método.

É indiscutível também a posição central ocupada pelo PCB na recepção, divulgação e aplicação do marxismo no Brasil. O estudo teria de privilegiar, portanto, a tradição marxista vinculada a esse partido e aos intelectuais que sofreram sua influência. Mas não se justifica diluir as cisões repetidas que esse partido sofreu a partir dos anos 60. Não é correto, por exemplo, subestimar as divergências programáticas que afastaram o PCdoB do PCB e o PCBR de ambos. As referências às posições trotsquistas são também restritas e referentes apenas às décadas iniciais dessa corrente política e intelectual. As contribuições da Polop e de intelectuais filiados a sua tradição mereceriam igualmente receber um tratamento sistemático, assim como o debate teórico que se desenvolveu nas fileiras da Ação Popular, sobretudo em sua fase final. Não é suficiente que essas organizações sejam estudadas em sua atuação política. Seria importante levar em conta suas contribuições às visões marxistas da sociedade e da revolução brasileiras. O marxismo se tornou plural no Brasil e a *História* precisaria refletir melhor essa diversidade – política e teórica.

Se assim procedesse, demarcaria com mais nitidez as teses básicas sobre a sociedade brasileira, formuladas por autores e organizações marxistas. Não houve apenas a contraposição entre a teoria da “sociedade semicolonial e semifeudal”, que acabou se firmando na tradição originada no PCB, e a teoria da “sociedade capitalista” desde a época colonial e quase sem mesclas, que veio a prevalecer em setores

intelectuais e políticos influenciados por Caio Prado Júnior e pelas correntes trotsquistas. Gradativamente, outros setores marxistas convergiram para a compreensão de que a sociedade brasileira já se tornara capitalista desde meados dos anos 50 do século XX, combinando-se o modo de produção capitalista predominante com outras formas subordinadas de produção e de exploração do trabalho. Reconhecido o caráter capitalista da sociedade brasileira como seu traço mais relevante, a dependência externa e o monopólio da propriedade territorial passaram a ser vistos como traços subordinados, importantes apenas para caracterizar o tipo e o estágio do desenvolvimento capitalista em curso no país.

As investigações de Jacob Gorender acrescentaram à identificação dessa fase capitalista-dependente a compreensão da fase escravista-colonial, que a antecedeu e da qual o capitalismo se originou através de um período de transição e de formas mistas, semi-escravistas, de exploração do trabalho. Com nuances, essa interpretação ganhou amplos setores marxistas e contrapôs-se às duas interpretações anteriores. Reconhece a complexidade da formação social brasileira, mas também seu caráter dominante. A *História* não dedica a essa interpretação a atenção merecida.

Quanto à teoria da “sociedade semi-colonial e semifeudal”, ressalte-se que não se equivocava apenas na identificação de um feudalismo em nosso passado colonial, mas também em sustentar a vigência de uma sociedade “semifeudal” ainda nos anos 70, quando o capitalismo já predominava havia duas décadas na base econômica da sociedade brasileira e as transformações superestruturais consolidavam o domínio da grande bur-

guesia nacional no Estado e na cultura do país.

Essas divergências acarretam implicações sérias na interpretação da revolução brasileira. Aqui também a *História* não demarca satisfatoriamente as três teses que se têm colidido, historicamente, nos autores e organizações marxistas: a tese da “revolução socialista” imediata, conduzida apenas por forças proletárias e semiproletárias; a tese da “revolução democrático-burguesa”, ou “nacional-democrática”, liderada pela burguesia e apoiada pelo proletariado e por outras forças sociais, para implementar um capitalismo nacional e reformado; e a tese da “revolução nacional, democrática e popular”, liderada pelo proletariado, apoiada na aliança operário-camponesa e realizada para implantar um regime de transição ao socialismo. Evocando alusões históricas, poderíamos caracterizá-las, respectivamente, como as teses de raiz trotsquista, menchevique e bolchevique. No caso do Brasil, decorrem de avaliações divergentes acerca da formação histórica e das características atuais da sociedade brasileira, mas resultam também das imprecisões teóricas que têm marcado o acidentado debate sobre as etapas do combate proletário e socialista desde as formulações iniciais de Marx sobre a “revolução permanente”. A *História* poderia ter incluído um estudo criterioso sobre a evolução desse debate internacional, à semelhança do esclarecedor ensaio de Lígia Sílvia sobre a transição do feudalismo ao capitalismo na Europa e seus nexos com a colonização do continente americano. A polêmica brasileira se tornaria mais inteligível.

O deslindamento apurado dessas interpretações da revolução brasileira é ainda mais necessário em nossos dias por-

que, consumada a revolução burguesa do Brasil, mesmo que por um caminho autoritário e conciliador, não tem mais sentido falar sequer numa “revolução nacional e democrática” necessária para abrir caminho ao socialismo. A única revolução que persiste no horizonte histórico do país é a socialista, à qual caberá resolver, inclusive, as tarefas nacionais e democráticas que a revolução burguesa não cumpriu integralmente. Na época histórica do imperialismo e das revoluções socialistas, o desenvolvimento capitalista autônomo deixou de ser viável. É um equívoco sustentar, portanto, a “permanência” de um programa nacional-democrático desvinculado da hegemonia proletária e da transição ao socialismo.

Isso não implica negar a possibilidade e a conveniência de que o proletariado conte, na luta por um regime democrático avançado e por um programa de transformações socialistas, com o apoio dos camponeses pobres e médios, dos demais trabalhadores assalariados e autônomos, dos intelectuais e estudantes progressistas e até mesmo de setores pequeno-burgueses e burgueses, pressionados cada vez mais pelo grande capital estrangeiro e nacional. Nas atuais e desfavoráveis condições do mundo, como a experiência histórica está mostrando, a

construção do socialismo passa por um regime de transição, em que a hegemonia operário-popular pode combinar-se com a participação de outras forças sociais na vida política, a propriedade social com formas de propriedade privada, e um plano parcial com o mercado na coordenação da economia. As idéias e valores socialistas concorrerão também com idéias e valores atrasados e conservadores na cultura por muito mais tempo do que se esperava anteriormente. Esse regime de transição constitui a base objetiva para uma aliança revolucionária ampla e duradoura. Não representa um mero estratagema político. Mas também não configura uma renúncia ao projeto socialista, e sim uma forma de abordá-lo nas novas condições históricas.

Um re-exame mais esmerado do debate sobre a sociedade e a revolução brasileiras e sobre as perspectivas do sistema capitalista-imperialista, travado no passado pelos marxistas, pode ajudar a enfrentar a nova polêmica programática e estratégica que se impõe. Apesar de suas insuficiências e eventuais defeitos, a vasta e persistente obra de reconstituição e avaliação empreendida pelos organizadores e autores da *História do marxismo no Brasil* representa uma coletânea de informações e análises indispensáveis a esse esforço.

A guerra revolucionária acabou?

* Suzeley Kalil Mathias

Héctor Luis Saint-Pierre. *A política armada. Fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo, ed. da Unesp, 2000.

Segundo a maior parte da *media* não existe alternativa ao capitalismo, ao globalismo no qual tudo se subordina ao

consumo, ao virtual, ao capital financeiro, ao discurso único e unidimensional. Apesar disso, aqui e ali surgem vozes

* Professora da Unesp – campus de Franca – e pesquisadora do NEE-Unicamp

PEREIRA, Duarte. Visões e interpretações da sociedade brasileira. Resenha de: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos (orgs.). História do marxismo no Brasil. Vol IV. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 13, 2001, p. 166-171.

Palavras-chave: História do marxismo; Brasil; Marx; Engels.